

O novo papel dos museus

Um passo importante para se pensar os museus local e globalmente foi dado em novembro de 2015, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aprovou, durante sua 38ª Conferência Geral em Paris, a “Recomendação sobre a Proteção e a Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade”, a partir de uma proposta brasileira que logrou a aceitação unânime de todos os Estados membros.

O documento, o primeiro em âmbito mundial desde a década de 1960, é uma conquista dos países que integram a Organização para a conformação de diretrizes internacionais sobre os museus, e um passo importante para o aprimoramento dessas instituições frente aos novos papéis e desafios que assumem no mundo contemporâneo.

A Recomendação reconhece o papel central dos museus como instituições fundamentais para a implementação de políticas culturais. Também destaca a importância da qualificação dos profissionais que atuam no campo dos museus, com foco no desenvolvimento das relações entre museus e público e considerando o crescimento da participação social e econômica dos museus em suas comunidades, além da necessidade de prepara-los para a utilização crítica das novas tecnologias.

Neste mês de novembro de 2016, a China sediou, na cidade de Shenzhen, o Fórum de Alto Nível sobre Museus, organizado pela Unesco, que reuniu especialistas em museus de diversos países, com o objetivo de refletir e contribuir com estratégias para implementar as orientações que constam da Recomendação. A repercussão gerada pela aprovação dessa Recomendação tem mobilizado instituições culturais em todo o mundo, e o Fórum se constituiu em um espaço qualificado para ampliar este debate e pensar os museus no século XXI.

Ao trazer o documento para a nossa realidade, vemos que a estrutura jurídico-administrativa brasileira já incorpora importantes diretrizes incluídas na Recomendação. A Política Nacional de Museus, o Sistema Brasileiro de Museus e o Estatuto de Museus, elementos definidores do campo museal brasileiro atual, são evidências do grande avanço da área nos últimos dez anos.

O Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, cumpre papel fundamental neste processo, como órgão federal responsável pela operacionalização dessa estrutura, e pela gestão direta de 29 museus em nove estados da Federação. É sua tarefa desenvolver mecanismos para que este riquíssimo universo ganhe maior visibilidade e consistência. Em breve, iremos disponibilizar ao setor o Registro de Museus, ferramenta fundamental para o mapeamento da área e para o planejamento integrado de ações. Os dados que conseguiremos com este instrumento serão fundamentais para visualizarmos o impacto das atividades dos museus em suas múltiplas dimensões, incluindo a econômica.

Entendemos que as políticas públicas – em todos os níveis federativos - têm muito a contribuir para a implementação de ações que fortaleçam os aspectos pautados pela Recomendação da Unesco. Esta discussão que estamos fazendo junto aos museus brasileiros culminará em junho de 2017, com a realização do 7º Fórum Nacional de Museus, em Porto Alegre. O Ibram

convida, desde já, os profissionais de museus, pesquisadores e toda a sociedade brasileira, para junto refletirmos sobre o documento da Unesco e sobre o caminho a ser trilhado pelos museus no Brasil.

Marcelo Araujo

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram/MinC